



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº	20/2021		
Modalidade: Pregão Presencial - RP nº	11/2021		
Tipo	Menor Preço por Item	Forma de Fornecimento	Parcelada
Da participação	Ampla concorrência. Poderão participar desta licitação empresas, individualmente, cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste edital, Termo de Referência e demais anexos.		
1ª Sessão Pública	15/12/2021, às 14h15 horas.		
Data limite para entrega dos envelopes nºs 01 nº 02	15/12/2021, até as 14 horas.		
Objeto do certame	Constitui objeto da presente licitação o Registro de preços para futuras e parceladas aquisições de combustível automotivo para atender às necessidades da Câmara Municipal de Curvelo, nas quantidades, qualidades e condições descritas no Anexo I (Termo de Referência).		
Edital	Este edital está disponível no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Curvelo, no endereço http://www.cmcurvelo.mg.gov.br . O documento poderá ser solicitado ao Setor de Suprimentos da Câmara Municipal de Curvelo, preferencialmente, por meio do e-mail licitacoes@cmcurvelo.mg.gov.br , sem custos ao solicitante. Está disponível, também, no Setor de Suprimentos da Câmara Municipal de Curvelo, no horário das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Não será encaminhado edital via postal e/ou por meio de fac-símile.		
Contatos e informações:	Sônia Maria de Azevedo Sousa Leite – Pregoeira Telefone (38) 3721-2955. E-mail: licitacoes@cmcurvelo.mg.gov.br		

1. PREÂMBULO

1.1 O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO, no uso de suas atribuições legais, mediante designação da pregoeira e componentes da equipe de apoio, conforme Portaria nº 519/2021, alterada pela Portaria nº 567/2021, torna público para conhecimento dos interessados que, na Câmara Municipal de Curvelo, situada na Rua Guimarães Rosa, 680, Bairro Bela Vista, Curvelo/MG, encontra-se aberta licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, sob o sistema de **Registro de Preços**, tipo **Menor Preço por Item**, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Municipal 1.525/2007 e suas alterações, do Decreto Municipal nº



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

2.311/2013 e suas alterações, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e da Lei Complementar nº 123/06 e alterações, visando à futura **aquisição de combustível automotivo**, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA COMERCIAL e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no dia, hora e local indicados neste documento.

1.2 A pregoeira e a equipe de apoio reunir-se-ão, em sessão pública, para processamento do pregão.

1.3 A abertura da sessão será às **14h15** do dia **15/12/2021**, no Anexo Dr. Márcio Antônio Vita da Câmara Municipal de Curvelo, localizado na Rua Guimarães Rosa, 680, Bairro Bela Vista, nesta cidade.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto da presente licitação o **Registro de preços para futuras e parceladas aquisições de combustível automotivo para atender às necessidades da Câmara Municipal de Curvelo**.

3. LOCAL ONDE PODERÁ SER ADQUIRIDO O EDITAL

3.1 Este edital está disponível para consulta no Setor de Suprimentos da Câmara Municipal de Curvelo, localizado na Rua Guimarães Rosa, 680, Bela Vista, Curvelo/MG. Está disponível, também, no sítio oficial da Câmara Municipal de Curvelo no endereço eletrônico www.cmcurvelo.mg.gov.br, na aba “Licitações > Processos Licitatórios > Em andamento”. O documento poderá ser solicitado, ainda, ao Setor de Suprimentos da Câmara Municipal de Curvelo por meio do e-mail licitacoes@cmcurvelo.mg.gov.br, que enviará o documento por meio eletrônico, sem custos ao solicitante. NÃO SERÁ ENCAMINHADO EDITAL VIA POSTAL E/OU POR MEIO DE FAC-SÍMILE.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação empresas, individualmente, **cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado**, e em condições de atender todas as exigências deste pregão, constantes deste edital, Termo de Referência e demais anexos.

4.2 As empresas que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.cmcurvelo.mg.gov.br, bem como no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, no endereço eletrônico <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>, quando for o caso, com vista a possíveis alterações, atualizações e avisos.

4.3 As licitantes deverão apresentar, na data, horário e local previstos no preâmbulo deste edital, 2 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no Envelope nº 1, sua proposta comercial, e no Envelope nº 2, a documentação comprobatória da habilitação conforme solicitado neste Edital, sendo que ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social, CNPJ e endereço, os seguintes dizeres:

Câmara Municipal de Curvelo
Envelope nº 1 - “PROPOSTA COMERCIAL”
Processo Licitatório nº 20/2021
Pregão Presencial nº 11/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

Câmara Municipal de Curvelo
Envelope nº 2 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”
Processo Licitatório nº 20/2021
Pregão Presencial nº 11/2021

4.4 A DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo estabelecido no **Anexo IV** do Edital, deverá ser apresentada fora dos envelopes nºs 1 e 2.

4.5 A PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO, no caso de procurador da empresa, conforme modelo estabelecido no **Anexo III** do Edital ou o **CONTRATO SOCIAL**, no caso de representante legal da empresa, em ambos os casos, deverão ser apresentados fora dos envelopes nºs 1 e 2.

4.6 Não será admitida, nesta licitação, a participação de empresas nas seguintes condições:

4.6.1 Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.6.2 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.6.3 Que estejam temporariamente suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a Câmara Municipal de Curvelo, ou, ainda, que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública;

4.6.4 Que estejam reunidas em consórcio; controladas, coligadas ou subsidiárias entre si; estrangeiras que não funcionem neste país.

4.6.5 É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

4.7 A observância das vedações constantes dos subitens anteriores e as demais declarações que prestar são de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

5. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1 Para os fins do disposto neste edital a expressão Pequena Empresa serve para se referir à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte, definidas no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06, ou às equiparadas (sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos na Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados), cuja condição deverá ser comprovada na sessão pública deste Pregão Presencial, na fase do credenciamento, conforme disposto no subitem 6.8 deste edital, para que faça jus aos benefícios previstos nos artigos 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006.

6. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1 Aberta a fase para **CREDENCIAMENTO** das eventuais participantes do pregão, o(a) representante da proponente entregará à pregoeira documento que o(a) credencie a participar do aludido procedimento, respondendo por sua representada e representando-a, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

6.2 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.3 Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

6.3.1 Em caso de Proprietário ou Sócio de empresa:

6.3.1.1 Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme **Anexo IV**;

6.3.1.2 Cópia e original ou cópia autenticada do Contrato Social e última alteração ou Requerimento de Empresário ou documento equivalente que comprove a condição da sociedade ou de propriedade da empresa;

6.3.1.3 Cópia e original ou cópia autenticada da Carteira de Identidade ou outro equivalente desde que seja oficial e contenha foto.

6.3.2 Em caso de Representante que NÃO seja proprietário:

6.3.2.1 Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme **Anexo IV**;

6.3.2.2 Documento de credenciamento que comprove os necessários poderes para formular ofertas, lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa, com poderes específicos nos termos do modelo **Anexo III**;

6.3.2.3 Cópia e original ou cópia autenticada do Contrato Social e última alteração ou Requerimento de Empresário ou documento equivalente;

6.3.2.4 Cópia e original ou cópia autenticada da Carteira de Identidade ou outro equivalente desde que seja oficial e contenha foto.

6.3.2.5 Na hipótese de apresentação de **procuração por instrumento particular**, impõe-se a comprovação da capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário através da apresentação do contrato/estatuto social da empresa.

6.4 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

6.4.1 *Considerando as medidas de prevenção e contenção da disseminação do COVID19, somente será permitida presença de uma única pessoa da empresa licitante na sala de reuniões, de modo que se possa garantir o distanciamento mínimo recomendado pela OMS, sendo obrigatório o uso de máscaras.*

6.5 A ausência do representante devidamente credenciado importará apenas na impossibilidade de participação da fase de lances, participando a licitante proponente com os preços e condições estabelecidos na proposta escrita.

6.6 As pessoas interessadas, não credenciadas, poderão acompanhar a sessão de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos e **respeitem as recomendações de distanciamento social e uso de máscara.**

6.7 Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante da licitante.

6.8 A comprovação de microempresa e empresa de pequeno porte ou equiparada, deverá ser apresentada junto à documentação do **CRENCIAMENTO**, fora de qualquer envelope:

a) Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da pequena empresa;



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

- b) *Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalentes, da sede da pequena empresa.*
- c) *A licitante optante pelo Regime do Simples Nacional deverá apresentar Declaração de Opção pelo “Simples Nacional”.*
- d) *Sociedade cooperativa equiparada à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.*

6.9 A licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

6.10 OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS E ENTREGUES EM SEPARADO, FORA DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” E “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

6.11 O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados, não inabilitará a proponente, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte da interessada, bem como quaisquer atos relativos à presente licitação para os quais seja exigida a presença do representante da licitante.

7. PROPOSTA COMERCIAL

7.1 A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto a ser fornecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) Impressa por processo eletrônico, em 1 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração e ainda não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e estar devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador;
- b) Número do Edital do Pregão e do Processo Licitatório;
- c) Razão social da licitante, endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver;
- d) Planilha de preço ofertado. **Somente serão considerados nos valores unitários e totais, o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula;** (Exemplo: o valor R\$ 1,2382 será aceito como R\$ 1,23);
- e) Descrição do objeto ofertado com indicação da **marca, modelo e características** (quando for o caso);
- f) Prazo de validade da proposta que deverá ser de, no mínimo, de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação. Caso haja outra data impressa na proposta comercial diferente da data da sessão de licitação, será considerada para todos os efeitos, como data de apresentação a data da sessão pública;
- g) Atendimento integral das disposições constantes no **Anexo I – Termo de Referência.**

7.2 A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito à pregoeira, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito.

7.3 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

7.4 Nos preços ofertados deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a Câmara Municipal de Curvelo a exemplo de mão de obra, insumos, materiais, fretes, tributos, taxas, encargos sociais e previdenciários.

7.5 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste edital.

7.6 A licitante deverá apresentar na proposta o preço unitário e total, observado o modelo constante do **Anexo II**.

OBS: A falta de rubrica, data e assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente, com poderes para tal fim, desde que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.

ALERTA às licitantes sobre o Informativo de Licitações e Contratos do TCU nº 349/18 com o seguinte teor:
“Os licitantes, sob risco de responderem por superfaturamento em solidariedade com os agentes públicos, têm a obrigação de oferecer preços que reflitam os paradigmas de mercado, ainda que os valores fixados pela Administração no orçamento base do certame se situem além daquele patamar.”

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES

8.1 A sessão pública terá início às **14h15** do dia **15/12/2021**, no Anexo Dr. Márcio Antônio Vita da Câmara Municipal de Curvelo, com sede na Rua Guimarães Rosa, 680, Bairro Bela Vista, Curvelo/MG – Cep 35.796-180.

8.1.1 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão à pregoeira a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV ao Edital e, em envelopes separados, a proposta comercial e os documentos de habilitação, que somente serão recebidos até às 14 horas, do dia 15/12/2021, horário a partir do qual não serão aceitos novos participantes.

8.2 Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o critério **Menor Preço por Item**.

8.2.1 Não serão aceitas, para fins de adjudicação, propostas com valores unitários e totais maiores que o estimado pela Câmara Municipal de Curvelo, conforme estabelecido no Anexo I.

8.3 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste edital.

8.4 As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) Seleção da proposta de menor preço;
- b) A pregoeira procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a autora da proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço;
- c) Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;
- d) Na hipótese de apresentação de propostas escritas com preço unitário igual ao mínimo exequível, será utilizado como critério de desempate o sorteio, conforme determinado no subitem 8.5 deste edital.

8.5 A pregoeira convidará individualmente as empresas licitantes autoras das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

8.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

8.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pela pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.8 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os representantes participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.9 A pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.10 Caso a licitante melhor classificada seja empresa que não se enquadre na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, desista ou não manifeste mais interesse e propor novos lances, será convocada a licitante ME/EPP/equiparada mais bem colocada cujo lance se encontre no intervalo de 5% (cinco por cento) do melhor lance, para apresentar lance inferior àquela melhor classificada, situação em que, ofertando novo lance, será declarada vencedora da fase competitiva.

8.10.1 Não ocorrendo a declaração de vencedora da ME/EPP/equiparada, conforme o subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem como ME/EPP/equiparada e cujos lances se encontrem no intervalo indicado, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.10.2 Na hipótese de não ser declarada vencedora nenhuma ME/EPP/equiparada, nos termos previstos nos subitens anteriores, será declarada vencedora da fase de lances a proposta originalmente melhor classificada.

8.10.3 Caso não sejam realizados lances verbais, os procedimentos em favor das microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas serão realizados em relação às propostas escritas.

8.11 Após a negociação, a pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço decidindo motivadamente a respeito.

8.11.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços constantes do **Anexo I** – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

8.12 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.13 Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.14 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.15 Caso não sejam realizados lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.16 No julgamento da habilitação e das propostas, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

8.17 Caso a proposta apresente erros singelos de soma e/ou multiplicação, a pregoeira fará a correção dos cálculos e a proposta será aceita mediante expresso consentimento do proponente. Caso contrário, a proposta será desclassificada.

8.18 A pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela melhor classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital, a proposta será desclassificada.

8.19 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.

8.20 A licitante declarada vencedora do certame terá o prazo de **02 (dois) dias úteis para readequar sua proposta, com as modificações necessárias para adaptação ao novo preço proposto, se for o caso, sempre tendo como limite para cada item o seu preço máximo.**

8.21 Da sessão, lavrar-se-á ata circunstanciada na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá, obrigatoriamente, ser assinada pela pregoeira e pelas licitantes presentes, ressaltando-se que poderão constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.

9. DOCUMENTAÇÃO

9.1 O Envelope nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter em seu interior os documentos relacionados abaixo em uma via, com cópias autenticadas em cartório ou acompanhadas dos originais para autenticação pela pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio:

9.2 Habilitação Jurídica:

9.2.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

A licitante que apresentar o documento solicitado na “Habilitação Jurídica” no credenciamento fica dispensada de apresentá-lo dentro do Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação.

9.3 Habilitação Fiscal e Trabalhista:

9.3.1 Comprovante de inscrição no CNPJ;

9.3.2 Prova de regularidade com o INSS (seguridade social), e tributos federais e dívida ativa da união (certidão conjunta), com vigência na data da abertura da sessão pública;

9.3.3 Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço) com vigência na data da abertura da sessão pública;

9.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da Jurisdição fiscal da licitante, com vigência na data da abertura da sessão pública;

9.3.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da Jurisdição fiscal da licitante, com vigência na data da abertura da sessão pública;

9.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), com vigência na data da abertura da sessão pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

Nota: São válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.
A aceitação das certidões emitidas via internet estará condicionada à verificação de suas autenticidades nos sites dos respectivos órgãos emissores.

9.4 Qualificação Econômico-Financeira:

9.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou de Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede de domicílio da licitante, dentro do prazo de validade previsto na mesma, admitindo-se certidões digitais.

9.5 Declarações e Outras Comprovações:

9.5.1 As licitantes deverão apresentar declaração do representante legal, observado o disposto no **Anexo VI**, de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99;

9.5.2 As licitantes deverão apresentar declaração, sob as penas da Lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação, conforme modelo no **Anexo V**;

9.5.3 Declaração de que o estabelecimento fornecedor se encontra situado no raio de distância em relação à sede da Câmara Municipal, conforme modelo do **Anexo VII**.

9.5.4 Documento(s) que comprove(m) sua licença ambiental;

9.5.5 Registro emitido pela Agência Nacional de Petróleo e/ou publicação atualizada, o(a) qual deverá ser pertinente à atividade específica, que comprove estar a licitante devidamente registrada na ANP;

9.5.6 Certificado de Verificação e Fiscalização dos Instrumentos de Medição, expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, no ano vigente, quanto à regularidade de aferição metrológica das bombas de combustíveis do estabelecimento;

9.5.6.1 Caso o estabelecimento não tenha tido suas bombas de combustíveis verificadas pelo órgão competente no ano vigente, poderá apresentar o certificado de que trata o subitem anterior referente a 2020.

9.6 Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em cópia legível, autenticada em cartório competente ou em cópia legível acompanhados dos originais para autenticação da pregoeira ou de membro da equipe de apoio durante a sessão pública da licitação, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

9.7 Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 120 (cento e vinte) dias da data de abertura dos envelopes.

9.8 As licitantes, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de **regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.8.1 Havendo alguma irregularidade nas certidões de regularidade fiscais e trabalhistas, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Câmara Municipal de Curvelo, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, observado o item anterior.

9.8.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à pregoeira convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

9.9 Quando, por motivo não imputável à licitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

declaração escrita e assinada pela licitante, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

10. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

10.1 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **esclarecimentos** sobre o **ato convocatório do pregão** e seus **anexos**, podendo, até mesmo, envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de **até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.

10.2 Os esclarecimentos pretendidos serão dirigidos à pregoeira, com encaminhamento, **preferencialmente**, por meio do e-mail licitacoes@cmcurvelo.mg.gov.br, via postal ou mediante protocolo no Setor de Suprimentos da Câmara Municipal de Curvelo, no horário compreendido entre as 12 e 18 horas.

10.3 Não serão respondidos questionamentos orais, inclusive por contato telefônico.

10.4 Os **esclarecimentos** deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar do recebimento/protocolo do pedido.

11. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de **providências** ou de **impugnação** ao **ato convocatório do pregão e seus anexos**, observado, para tanto, o prazo de **até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas**.

11.2 A impugnação ou pedido de providências será dirigido à pregoeira, com encaminhamento através do e-mail licitacoes@cmcurvelo.mg.gov.br, via postal ou por meio de protocolo no Setor de Suprimentos da Câmara Municipal de Curvelo, no horário compreendido entre as 12 e 18 horas.

11.3 A decisão sobre o pedido de **providências** ou de **impugnação** será proferida pela **autoridade subscriptora do ato convocatório do pregão** no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar do recebimento/protocolo da peça indicada, por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do pregão.

11.4 Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12. RECURSO ADMINISTRATIVO

12.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de **recorrer**, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso.

12.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

12.2 As demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar **contrarrazões** em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo da recorrente.

12.3 Os recursos e/ou contrarrazões poderão ser dirigidos à pregoeira preferencialmente através do e-mail licitacoes@cmcurvelo.mg.gov.br, por via postal ou através de protocolo no setor competente da Câmara Municipal de Curvelo.

12.4 Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, a pregoeira examinará o **recurso**, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

12.5 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.6 Os autos do pregão permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos neste Edital.

12.7 O recurso contra decisão da pregoeira não terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. ADJUDICAÇÃO

13.1 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo à pregoeira **adjudicar** o objeto do certame à licitante vencedora.

13.2 A adjudicação será de competência do Presidente da Câmara Municipal de Curvelo **sempre que ocorrer a interposição de recurso administrativo**, independentemente do resultado do julgamento, mediante constatada regularidade dos atos praticados.

14. HOMOLOGAÇÃO

14.1 Compete à **autoridade competente homologar** o resultado do pregão.

14.2 A partir do ato de homologação, será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a ata de registro de preços, respeitada a validade de sua proposta.

14.3 Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) Será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitarem cotar os produtos com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame;
- b) Os preços registrados com indicação dos fornecedores serão divulgados no sítio eletrônico www.cmcurvelo.mg.gov.br e ficarão disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços;
- c) A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- d) O registro a que se refere a alínea "a" tem por objetivo a formação de **CADASTRO DE RESERVA**, no caso de exclusão da primeira colocada da ata.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO

15.1 O resultado final do **PREGÃO** será publicado no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Curvelo, www.cmcurvelo.mg.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, <http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>, sendo a publicação responsabilidade da Câmara Municipal de Curvelo.

16. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 O prazo para assinatura da ata é de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação, sob pena de a adjudicatária decair do direito de fazê-lo e incorrer em multa.

16.2 Decorrido o prazo de assinatura da ata, sem manifestação da adjudicatária, é facultado à Câmara Municipal de Curvelo convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições exigidas no edital, devendo a pregoeira realizar negociação quanto ao preço, ou revogar a licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

16.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.4 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual: Termo de Contrato, emissão de Nota de Empenho de despesa, Nota de Autorização de Fornecimento ou outro instrumento similar.

16.5 O prazo máximo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, vedada sua prorrogação.

17. FORNECIMENTO

17.1 O fornecimento dos produtos se dará de forma parcelada, conforme estabelecido no Termo de Referência - **Anexo I** deste Edital. Caso a qualidade dos produtos ofertados não corresponda às exigências da presente peça editalícia, a ata de registro de preços/contrato será cancelada/rescindido sem direito a qualquer indenização à fornecedora;

18. PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado no mês subsequente ao mês do fornecimento, em até 10 (dez) dias da data do atesto no documento fiscal por servidor competente desta Administração.

18.1.1 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na Câmara Municipal de Curvelo, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

18.1.2 Em caso de irregularidade na nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

18.2 A nota fiscal deverá ter como o destinatário a Câmara Municipal de Curvelo, conforme dados da Nota de Autorização de Fornecimento.

18.3 O pagamento se dará por meio de depósito bancário, boleto ou cheque, observada a regularidade fiscal e trabalhista do(a) contratado(a).

18.4 No caso de não pagamento, no prazo, por culpa da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC.

18.5 A Câmara Municipal de Curvelo reserva-se o direito de reter pagamento(s) para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas à contratada e para ressarcir danos a terceiros.

18.6 Nenhum outro pagamento será devido pela Câmara Municipal de Curvelo à contratada, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a contratada é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução do ajuste.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para registro de preços, nos termos do § 2º, art. 7º do Decreto Federal nº 7.892/2019, bem como do § 2º, art. 6º, do Decreto Municipal nº 2.311/2013, devendo ser informada no ato compra.

20. REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

20.1 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias a partir da data da reunião da sessão de abertura da licitação, observado o disposto no § 3º do artigo 64, da Lei 8.666/93.

20.2 Os preços não poderão sofrer reajuste no período de vigência da ata de registro de preços.

20.3 Os preços registrados poderão ser revistos nos termos do artigo 16 e seguintes do Decreto Municipal nº 2.311/13.

21. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 O registro de preços será cancelado quando a fornecedora:

21.1.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

21.1.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Câmara Municipal de Curvelo, sem justificativa aceitável;

21.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

21.1.4 Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

21.2 O cancelamento do registro de preços nas hipóteses previstas nos subitens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 será formalizado por despacho da Câmara Municipal de Curvelo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

21.3.1 Por razão de interesse público ou a pedido da fornecedora.

22. DO CONTRATO

22.1 A Câmara Municipal de Curvelo poderá, na forma do artigo 62 da Lei 8.666/93, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.

22.2 Os contratos decorrentes do registro de preço terão suas vigências adstritas aos respectivos créditos orçamentários, obedecido o disposto na Lei 8.666/93.

23. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1 Obrigações da fornecedora:

23.1.1 Fornecer o objeto na forma ajustada, de forma parcelada e dentro do prazo de entrega, contados do recebimento da autorização de fornecimento;

23.1.2 Manter durante todo o período de vigência do registro de preços e/ou contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;

23.1.3 Não interromper o fornecimento do combustível à Câmara Municipal de Curvelo, o que, caso ocorra, caracterizará inadimplência da fornecedora, sob pena das sanções previstas;

23.1.4 O reconhecimento dos direitos da Câmara Municipal de Curvelo em caso de cancelamento previsto Decreto Municipal nº 2.311/2013, e/ou em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93;

23.1.5 Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário seu;

23.1.6 Responder por danos causados aos veículos da Câmara Municipal de Curvelo, decorrentes da utilização dos combustíveis fornecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

23.1.7 Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre a respectiva ata de registro de preços/contrato, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo;

23.1.8 Comunicar à Câmara Municipal de Curvelo quaisquer eventos que possam comprometer a execução da ata de registro de preços/contrato tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da fornecedora, com repercussões no ajuste;

23.1.9 Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 46.105/12, no que couber, em especial:

- * economia no consumo de água e energia;
- * minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- * racionalização do uso de matérias-primas;
- * redução da emissão de poluentes e de gases de efeitos estufa;
- * adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- * utilização de produtos com origem ambiental sustentável comprovada;
- * utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;
- * utilização de insumos que fomentem o desenvolvimento de novos produtos e processos com vistas a estimular a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas;
- * maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- * maior geração de empregos, preferencialmente com a mão de obra local;
- * preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
- * fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias.

23.2 Obrigações da Câmara Municipal de Curvelo:

23.2.1 Efetuar os pagamentos conforme previsto neste documento;

23.2.2 Emitir requisição datada, devendo constar da mesma a quantidade máxima a ser fornecida e identificação do veículo a ser abastecido;

23.2.3 Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;

23.2.4 Rescindir unilateralmente o contrato (quando houver) nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93;

23.2.5 Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da fornecedora pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados;

23.2.6 Realizar diligência, quando julgar conveniente, a fim de comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade;

23.2.7 Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

23.2.8 Notificar a fornecedora, sobre imperfeições, falhas ou irregularidade constatada no(s) produto(s) entregues para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

23.2.9 Modificar a ARP, na forma da legislação vigente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da fornecedora;

23.2.10 Cancelar a ARP nos casos especificados no Decreto Municipal nº 2.311/2013.

24. SANÇÕES



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

24.1 A recusa da licitante vencedora em assinar a ata de registro de preços/contrato, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do objeto, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado da ata, pela recusa em assiná-la no prazo máximo de 05 (cinco) úteis dias após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado da ata/contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- d) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da ata/contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Curvelo por até 5 (cinco) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

24.2 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

24.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

24.4 O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto a Câmara Municipal de Curvelo.

24.5 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da ata/contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara de Curvelo pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na ata/contrato e nas normas legais pertinentes.

24.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

24.7 Em qualquer hipótese e aplicação de sanções, será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 A autoridade competente da Câmara Municipal de Curvelo, poderá anular e revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

suficiente para justificar tal conduta, ou anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito da pregoeira, devidamente fundamentado.

25.2 A nulidade do processo licitatório induz à do registro de preços e de possível e futuro contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

25.3 As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedadas observações ou reclamações impertinentes ao certame.

25.4 A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.5 Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Câmara Municipal de Curvelo, comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

25.6 É facultado à pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

25.7 É dispensável o "Termo de Contrato" e facultada a substituição por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, a critério da Câmara Municipal de Curvelo e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

25.8 As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO da Comarca de Curvelo/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

25.9 Os casos omissos serão dirimidos pela pregoeira, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 10.520/02 e a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

26 – ANEXOS

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III - Modelo de Credenciamento (Procuração);

ANEXO IV – Modelo Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação

ANEXO V – Modelo de Declaração Fato Impeditivo da Habilitação;

ANEXO VI – Modelo de Declaração Infante Labore;



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO VII – Modelo de Declaração de Localização;

ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IX – Minuta de Contrato.

Curvelo, 30 de novembro de 2021.

SÔNIA MARIA DE AZEVEDO SOUSA LEITE
Pregoeira



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. SETOR REQUISITANTE

1.1 Setor Administrativo.

2. OBJETO

2.1 Registro de preços para futuras e parceladas aquisições de combustível automotivo para atender às necessidades da Câmara Municipal de Curvelo.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 A Câmara Municipal de Curvelo, com vistas ao correto cumprimento de seus deveres legais, ao eficaz funcionamento administrativo da instituição e a fim de sustentar seus compromissos firmados, necessita prover suporte ao deslocamento dos seus servidores e do seu corpo de edis. No intuito de conferir economia e segurança, tal deslocamento se dá precipuamente por meio dos veículos que compõem a frota oficial do Legislativo e, para tanto, é patente a necessidade de abastecimento regular dos automóveis.

4. EMBASAMENTO LEGAL

4.1 O presente procedimento tem amparo legal, integralmente, na Lei nº 10.520/2002, no Decreto Municipal 1.525/2007 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 2.311/2013 e suas alterações; subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e na Lei Complementar nº 123/06.

5. CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

5.1 A Lei 10.520/2002 apresenta definição de bens e serviços comuns:

Art. 1 Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

5.2 No caso em tela, há perfeito enquadramento do produto demandado à definição exposta acima, tendo em vista que o item a ser adquirido, conforme especificado neste documento, está objetivamente definido por meio de especificações usuais no mercado.

6. DESCRIÇÕES E QUANTITATIVOS PARA AQUISIÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÉDIO ESTIMADO	VALOR TOTAL MÉDIO ESTIMADO
1	Gasolina comum	Litro	6.000	R\$ 7,1760	R\$ 43.056,00



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

7. VALOR

7.1 O valor estimado da contratação é de R\$ 43.056,00 (quarenta e três mil e cinquenta e seis reais).

8. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

8.1 Conforme exigência legal, para se obter o valor estimado, foram realizadas consultas a empresas do ramo do objeto licitado.

9. PROPOSTA

9.1 A proposta de preço a ser apresentada deverá conter a discriminação do produto, a unidade de medida apropriada ao item, a quantidade solicitada e os valores unitário e total conforme tabela de descrição do objeto deste documento.

9.2 A proposta terá validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias a partir da data da sessão da licitação.

9.3 O critério de avaliação das propostas será Menor Preço por Item.

10. CONDIÇÕES GERAIS E FORNECIMENTO

10.1 Poderão participar empresas que estejam situadas em um raio de distância que não seja superior a **5 (cinco) quilômetros da sede da Câmara Municipal de Curvelo e que possuam funcionamento, pelo menos, no horário compreendido entre as 06 horas e as 22 horas.**

10.1.1 A exigência referente à localização faz-se necessária tendo em vista a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, pois, se a distância entre a sede da Câmara e o estabelecimento fornecedor for superior à determinada, a vantagem do “menor preço” desaparecerá, em razão do aumento do custo, gerando prejuízo ao erário.

10.2 O fornecimento se dará de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Curvelo.

10.3 O local de entrega do produto será a sede do estabelecimento fornecedor e suas filiais, caso existam e estejam compreendidas dentro do limite espacial determinado.

10.4 O abastecimento deverá ser disponibilizado em qualquer horário compreendido entre as 06 e as 22 horas, em dias úteis.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado no mês subsequente ao mês do fornecimento, em até 10 (dez) dias da data do atesto no documento fiscal por servidor competente desta Administração.

11.1.1 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na Câmara Municipal de Curvelo, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

11.1.2 Em caso de irregularidade na nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

11.2 A nota fiscal deverá ter como o destinatário a Câmara Municipal de Curvelo, conforme dados da Nota de Autorização de Fornecimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

11.3 O pagamento se dará por meio de depósito bancário, boleto ou cheque, observada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

11.4 No caso de não pagamento, no prazo, por culpa da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC.

11.5 A Câmara Municipal de Curvelo reserva-se o direito de reter pagamento(s) para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao(à) contratado(a) e para ressarcir danos a terceiros.

11.6 Nenhum outro pagamento será devido pela Câmara Municipal de Curvelo à contratada, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a contratada é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução do ajuste.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para registro de preços, nos termos do § 2º, art. 7º do Decreto Federal nº 7.892/2019, bem como do § 2º, art. 6º, do Decreto Municipal nº 2.311/2013, devendo ser informada no ato compra.

13. VIGÊNCIA

13.1 O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, a contar da data de sua assinatura.

14. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

14.1 O produto adquirido fica sujeito à garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, ou à garantia do fornecedor, caso esta seja superior.

14.2 A Câmara Municipal de Curvelo não aceitará produto em desacordo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao mesmo, cabendo à fornecedora promover, à sua custa, a substituição imediata a contar da manifestação de inconformidade por parte da Câmara Municipal de Curvelo.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado, através de Portaria, servidor da Câmara Municipal de Curvelo para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, o qual deverá atestar todos os documentos de despesas para fins de pagamento.

15.2 A fiscalização de que trata estes subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3 O representante da Câmara Municipal de Curvelo anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preços/contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1 Obrigações da Fornecedora:

16.1.1 Fornecer o objeto na forma ajustada, de forma parcelada e dentro do prazo de entrega, contados do recebimento da autorização de fornecimento;

16.1.2 Manter durante todo o período de vigência do registro de preços e/ou contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;

16.1.3 Não interromper o fornecimento do combustível à Câmara Municipal de Curvelo, o que, caso ocorra, caracterizará inadimplência da fornecedora, sob pena das sanções previstas;

16.1.4 O reconhecimento dos direitos da Câmara Municipal de Curvelo em caso de cancelamento previsto Decreto Municipal nº 2.311/2013, e/ou em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93;

16.1.5 Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário seu;

16.1.6 Responder por danos causados aos veículos da Câmara Municipal de Curvelo, decorrentes da utilização dos combustíveis fornecidos.

16.1.7 Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre a respectiva ata de registro de preços/contrato, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo;

16.1.8 Comunicar à Câmara Municipal de Curvelo quaisquer eventos que possam comprometer a execução da ata de registro de preços/contrato tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da fornecedora, com repercussões no ajuste;

16.1.9 Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 46.105/12, no que couber, em especial:

- * economia no consumo de água e energia;
- * minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- * racionalização do uso de matérias-primas;
- * redução da emissão de poluentes e de gases de efeitos estufa;
- * adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- * utilização de produtos com origem ambiental sustentável comprovada;
- * utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;
- * utilização de insumos que fomentem o desenvolvimento de novos produtos e processos com vistas a estimular a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas;
- * maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- * maior geração de empregos, preferencialmente com a mão de obra local;
- * preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
- * fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias.

16.2 Obrigações da Câmara Municipal de Curvelo:

16.2.1 Efetuar os pagamentos conforme previsto neste documento;



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

16.2.2 Emitir requisição datada, devendo constar da mesma a quantidade máxima a ser fornecida e identificação do veículo a ser abastecido;

16.2.3 Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;

16.2.4 Rescindir unilateralmente o contrato (quando houver) nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93;

16.2.5 Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da fornecedora pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados;

16.2.6 Realizar diligência, quando julgar conveniente, a fim de comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade;

16.2.7 Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

16.2.8 Notificar a fornecedora, sobre imperfeições, falhas ou irregularidade constatada no(s) produto(s) entregues para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

16.2.9 Modificar a ARP, na forma da legislação vigente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da fornecedora;

16.2.10 Cancelar a ARP nos casos especificados no Decreto Municipal nº 2.311/2013.

17. SANÇÕES

17.1 A recusa da licitante adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total dos serviços, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência.
- b) Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado da ata, pela recusa em assiná-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado da ata/contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- d) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da ata/contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Curvelo por até 5 (cinco) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

17.2 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

17.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

17.4 O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto a Câmara Municipal de Curvelo.

17.5 À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da ata/contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara de Curvelo pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, no edital, na ata/contrato e nas normas legais pertinentes.

17.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17.7 Em qualquer hipótese e aplicação de sanções, será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Curvelo/MG, 21 de setembro de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO II

MODELO

[TIMBRE DA EMPRESA]

PROPOSTA COMERCIAL

À CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO/MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021

OBJETO Registro de preços para futuras e parceladas aquisições de combustível automotivo para atender às necessidades da Câmara Municipal de Curvelo, nas quantidades, qualidades e condições descritas no Anexo I (Termo de Referência).

Razão Social da Licitante:
CNPJ:
Inscrição Estadual:
Endereço:
E-mail:
Telefone / Fax:
Dados bancários: [pessoa jurídica (banco, agência, conta)]
Representante:
Identificação: (documentos)
Qualificação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gasolina comum	Litro	6.000			

Valor Total Geral: R\$ (.....)

Validade desta proposta: [no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da presente data (data de apresentação da proposta)].

Condições de Fornecimento: Conforme Edital.

Condições de Pagamento: Conforme Edital.

Condições de Garantia: Conforme Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

DECLARO que nos preços propostos encontram-se incluídas todas as despesas como: impostos, fretes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, fiscais ou quaisquer outras despesas incidentes sobre os produtos licitados, bem como declaro estar de acordo com todos os termos do Edital, do Termo de Referência e demais anexos.

(Local) _____, 15 de dezembro de 2021.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

A *(nome da empresa)*, CNPJ nº____, com sede na _____, neste ato representada pelo(a) *[diretores(as) ou sócios(as), com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)]* pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(sua) Procurador(a) o(a) Senhor(a) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para, junto à **Câmara Municipal de Curvelo/MG**, praticar os atos necessários para representar a outorgante no **Processo Licitatório nº 20/2021 – Pregão Presencial nº 11/2021**, usando dos recursos legais, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

(Local) _____, ____ de _____ de 2021

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO IV

MODELO

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 20/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2021

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

Pela presente declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº. 10.520 de 17/07/02, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

(Local) _____, ____ de _____ de 2021.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)

OBS: deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO V

MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021

A empresa _____, com inscrição no CNPJ nº _____, sediada na _____ declara sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências de fatos supervenientes e impeditivos e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local) _____, _____ de _____ de 2021.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO VI

MODELO

DECLARAÇÃO INFANTO LABORE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021

A empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ **DECLARA**, sob as penas da lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(local) _____, ____ de _____ de 2021.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO VII

MODELO

DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021

A empresa _____, com inscrição no CNPJ nº _____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal, **DECLARA** sob as penas da lei, que, quando do fornecimento do produto licitado, o estabelecimento fornecedor funcionará no horário previsto no edital e estará localizado em distância não superior a 5 (cinco) quilômetros da sede da Câmara Municipal de Curvelo, localizada à Rua Guimarães Rosa, 680, Bela Vista, Curvelo/MG.

(local) _____, ____ de _____ de 2021.

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Presencial nº 20/2021

Processo Licitatório nº 11/2021

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 20.207.783/0001-96, localizada na Rua Guimarães Rosa, 680, Bela Vista, Curvelo/MG, Cep 35796-180, neste instrumento representada por seu Presidente, o Vereador Emerson de Souza, brasileiro, casado, portador do documento de identidade MG-11.847.662 e inscrito no CPF sob o nº 054.374.416-73, denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**; e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(a) senhor(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, denominada **FORNECEDORA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRESSUPOSTOS JURÍDICOS-ADMINISTRATIVOS

1.1 A presente ata decorre de Processo Licitatório nº 20/2021, na modalidade Pregão Presencial nº 11/2021, sob sistema Registro de Preços, ocorrido no dia 15/12/2021, homologado em/...../....., regido pela legislação indicada no respectivo Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 A presente ata tem como objeto o **Registro de preços para futuras e parceladas aquisições de combustível automotivo para atender às necessidades da Câmara Municipal de Curvelo**, nas quantidades, qualidades e condições descritas no **Anexo I** do Edital do Pregão Presencial nº 11/2021, e da Proposta Comercial da **FORNECEDORA**, os quais são partes integrantes da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES

3.1 O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

3.2 Serão incluídos nesta Ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os itens com valores iguais à da **FORNECEDORA**, na sequência da classificação do certame, conforme quadro reserva.

3.3 Os preços registrados com indicação dos fornecedores serão divulgados no sítio eletrônico www.cmcurvelo.mg.gov.br e ficarão disponibilizados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

3.4 A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

3.5 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada em conformidade com o disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e disposições do Decreto Municipal nº 2.311/2013.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

3.6 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

3.7 Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.8 O(s) contrato(s) decorrente(s) desta ata deverá ser assinado no prazo de validade da mesma.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 O preço total estimado registrado é R\$ __ (____), com os quantitativos e especificações que seguem: *(relacionar planilha com itens, quantitativos e seus valores unitários e totais).*

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1 O fornecimento se dará de forma parcelada, de acordo com as necessidades do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

5.2 O local de entrega do produto será a sede do estabelecimento da **FORNECEDORA** e suas filiais, caso existam e estejam compreendidas dentro do limite espacial determinado.

5.3 O abastecimento deverá ser disponibilizado em qualquer horário compreendido entre as 06 e as 22 horas, em dias úteis.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE GARANTIA

6.1 O produto adquirido fica sujeito à garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, ou à garantia do fornecedor, caso esta seja superior.

6.2 O **ÓRGÃO GERENCIADOR** não aceitará produto em desacordo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao mesmo, cabendo à **FORNECEDORA** promover, à sua custa, a substituição imediata a contar da manifestação de inconformidade por parte do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado no mês subsequente ao mês do fornecimento, em até 10 (dez) dias da data do atesto no documento fiscal por servidor competente desta Administração.

7.1.1 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

7.1.2 Em caso de irregularidade na nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

7.2 A nota fiscal deverá ter como o destinatário o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, conforme dados da Nota de Autorização de Fornecimento.

7.3 O pagamento se dará por meio de depósito bancário, boleto ou cheque, observada a regularidade fiscal e trabalhista da **FORNECEDORA**.

7.4 No caso de não pagamento, no prazo, por culpa da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC.

7.5 O **ÓRGÃO GERENCIADOR** reserva-se o direito de reter pagamento(s) para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas à **FORNECEDORA** e para ressarcir danos a terceiros.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

7.6 Nenhum outro pagamento será devido pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à **FORNECEDORA**, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a **FORNECEDORA** é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução do ajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 É dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatórios para registro de preços, nos termos do § 2º, art. 7º do Decreto Federal nº 7.892/2019, bem como do § 2º, art. 6º, do Decreto Municipal nº 2.311/2013, devendo ser informada no ato compra.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado através de Portaria servidor do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, o qual deverá atestar todos os documentos de despesas para fins de pagamento.

9.2 A fiscalização de que trata estes subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da **FORNECEDORA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante do **ÓRGÃO GERENCIADOR** anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 Obrigações da FORNECEDORA:

10.1.1 Fornecer o objeto na forma ajustada, de forma parcelada e dentro do prazo de entrega, contados do recebimento da autorização de fornecimento;

10.1.2 Manter durante todo o período de vigência do registro de preços e/ou contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;

10.1.3 Não interromper o fornecimento do combustível ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o que, caso ocorra, caracterizará inadimplência da **FORNECEDORA**, sob pena das sanções previstas;

10.1.4 O reconhecimento dos direitos do **ÓRGÃO GERENCIADOR** em caso de cancelamento previsto Decreto Municipal nº 2.311/2013, e/ou em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93;

10.1.5 Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário seu;

10.1.6 Responder por danos causados aos veículos do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, decorrentes da utilização dos combustíveis fornecidos.

10.1.7 Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre a respectiva ata de registro de preços/contrato, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo;

10.1.8 Comunicar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** quaisquer eventos que possam comprometer a execução da ata de registro de preços/contrato tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento, decretação de falência



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da **FORNECEDORA**, com repercussões no ajuste;

10.1.9 Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 46.105/12, no que couber, em especial:

- * economia no consumo de água e energia;
- * minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- * racionalização do uso de matérias-primas;
- * redução da emissão de poluentes e de gases de efeitos estufa;
- * adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- * utilização de produtos com origem ambiental sustentável comprovada;
- * utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;
- * utilização de insumos que fomentem o desenvolvimento de novos produtos e processos com vistas a estimular a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas;
- * maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- * maior geração de empregos, preferencialmente com a mão de obra local;
- * preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
- * fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias.

10.2 Obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

10.2.1 Efetuar os pagamentos conforme previsto neste documento;

10.2.2 Emitir requisição datada, devendo constar da mesma a quantidade máxima a ser fornecida e identificação do veículo a ser abastecido;

10.2.3 Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **FORNECEDORA**;

10.2.4 Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da **FORNECEDORA** pertinentes ao objeto a celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados;

10.2.5 Realizar diligência, quando julgar conveniente, a fim de comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade;

10.2.6 Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

10.2.7 Notificar a **FORNECEDORA**, sobre imperfeições, falhas ou irregularidade constatada no(s) produto(s) entregues para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.2.8 Modificar a ARP, na forma da legislação vigente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da **FORNECEDORA**;

10.2.9 Cancelar a ARP nos casos especificados no Decreto Municipal nº 2.311/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO

11.1 O registro de preços será cancelado quando a **FORNECEDORA**:

11.1.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

11.1.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sem justificativa aceitável;

11.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

11.1.4 Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

11.2 O cancelamento do registro de preços nas hipóteses previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1 Por razão de interesse público ou a pedido da **FORNECEDORA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1 A recusa da licitante adjudicatária em assinar a ata de registro de preços, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total objeto, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirão a aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado da ata, pela recusa em assiná-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado da ata, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- d) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da ata pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo;
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o **ÓRGÃO GERENCIADOR** por até 5 (cinco) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

12.2 A aplicação das sanções previstas nesta ARP não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da **FORNECEDORA** por eventuais perdas e danos causados à Administração.

12.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.

12.4 O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

12.5 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da ata/contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pelo período de até (05) cinco anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ARP, no edital, na ata/contrato e nas normas legais pertinentes.

12.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

12.7 Em qualquer hipótese e aplicação de sanções, será assegurado à **FORNECEDORA** o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

13.1 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a partir da data da reunião da sessão de abertura da licitação, observado o disposto no §3º do artigo 64, da Lei 8.666/93.

13.2 Os preços não poderão sofrer reajuste no período de vigência da Ata de Registro de Preços.

13.3 Os preços poderão ser reequilibrados nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

13.3.1 A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio dos preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 As questões decorrentes da execução desta ata, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **FORO** da Comarca de Curvelo - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do **Pregão Presencial nº 11/2021**, seus Anexos, e a proposta comercial da **FORNECEDORA**, independentemente de transcrição.

15.2 A presente Ata reger-se-á pelas seguintes normas legais: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e pelo Decreto Municipal nº 2.311/2013 e suas alterações, subsidiariamente pela Lei Federal 8.666/93.

15.3 Justos e contratados firmam a presente Ata, em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Curvelo/MG, ____ de _____ de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

EMERSON DE SOUZA
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
CNPJ 20.207.783/0001-96

FORNECEDORA:

(Representante Legal)



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

(Nome da empresa)
CNPJ _____

TESTEMUNHAS:

Matr.:

Matr.:

QUADRO RESERVA (caso ocorra)

1º RESERVA	
2º RESERVA	
3º RESERVA	



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2022

CONTRATO DE FORNECIMENTO, CONFORME ESPECIFICADO NESTE INSTRUMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO E A EMPRESA _____.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 20.207.783/0001-96, localizada na Rua Guimarães Rosa, 680, Bela Vista, Curvelo/MG, Cep 35796-180, neste instrumento representada por seu Presidente, o Vereador Emerson de Souza, brasileiro, casado, portador do documento de identidade MG-11.847.662 e inscrito no CPF sob o nº 054.374.416-73, denominada **CONTRATANTE**; e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(a) senhor(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRESSUPOSTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

1.1 O presente Contrato decorre do Processo Licitatório nº 20/2021 – Pregão Presencial nº 11/2021, tendo este, fulcro da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Municipal 1.525/2007 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 2.311/2013 e suas alterações, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e da Lei Complementar nº 123/06.

1.2 O regime jurídico deste Contrato Administrativo é instituído pela Lei nº 8.666/93.

1.3 Fazem parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital da respectiva licitação, a Proposta Comercial da **CONTRATADA**, bem como a Ata de Registro de Preços nº __/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste Contrato **Aquisições parceladas de combustível automotivo para atender às necessidades da Câmara Municipal de Curvelo.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DESCRIÇÃO DOS ITENS

3.1 O presente Contrato tem o valor total estimado em R\$ _____ (_____) com os seguintes valores unitários:

(relacionar planilha com itens, quantitativos e seus valores unitários e totais).

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 O fornecimento se dará de forma parcelada, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

4.2 O local de entrega do produto será a sede do estabelecimento da **CONTRATADA** e suas filiais, caso existam e estejam compreendidas dentro do limite espacial determinado.

4.3 O abastecimento deverá ser disponibilizado em qualquer horário compreendido entre as 06 e as 22 horas, em dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado no mês subsequente ao mês do fornecimento, em até 10 (dez) dias da data do atesto no documento fiscal por servidor competente desta Administração.

5.1.1 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na **CONTRATANTE**, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.1.2 Em caso de irregularidade na nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

5.2 A nota fiscal deverá ter como o destinatário a **CONTRATANTE**, conforme dados da Nota de Autorização de Fornecimento.

5.3 O pagamento se dará por meio de depósito bancário, boleto ou cheque, observada a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**.

5.4 No caso de não pagamento, no prazo, por culpa da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC.

5.5 A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de reter pagamento(s) para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas à **CONTRATADA** e para ressarcir danos a terceiros.

5.6 Nenhum outro pagamento será devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a **CONTRATADA** é a única responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução do ajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os créditos pelos quais correrão as despesas serão classificados na seguinte rubrica orçamentária, devidamente aprovada: *(informar dotação orçamentária completa)*.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1 *(Informar o período de vigência contratual observando-se o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93)*

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

8.1 O produto adquirido fica sujeito à garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, ou à garantia do fornecedor, caso esta seja superior.

8.2 A **CONTRATANTE** não aceitará produto em desacordo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao mesmo, cabendo à **CONTRATADA** promover, à sua custa, a substituição imediata a contar da manifestação de inconformidade por parte da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

9.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado através de Portaria servidor da **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, o qual deverá atestar todos os documentos de despesas para fins de pagamento.

9.2 A fiscalização de que trata estes subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 O representante da **CONTRATANTE** anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

10.1 Obrigações da CONTRATADA:

10.1.1 Fornecer o objeto na forma ajustada, de forma parcelada e dentro do prazo de entrega, contados do recebimento da autorização de fornecimento;

10.1.2 Manter durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação;

10.1.3 Não interromper o fornecimento do combustível à **CONTRATANTE**, o que, caso ocorra, caracterizará inadimplência da **CONTRATADA**, sob pena das sanções previstas;

10.1.4 O reconhecimento dos direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93;

10.1.5 Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário seu;

10.1.6 Responder por danos causados aos veículos da **CONTRATANTE**, decorrentes da utilização dos combustíveis fornecidos.

10.1.7 Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo;

10.1.8 Comunicar à **CONTRATANTE** quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da **CONTRATADA**, com repercussões no ajuste;

10.1.9 Observar os princípios de sustentabilidade contidos na legislação, precipuamente no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Lei Estadual nº 18.031/09 (Política Estadual de Resíduos Sólidos), e as práticas sustentáveis estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 46.105/12, no que couber, em especial:

- * economia no consumo de água e energia;
- * minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- * racionalização do uso de matérias-primas;
- * redução da emissão de poluentes e de gases de efeitos estufa;
- * adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- * utilização de produtos com origem ambiental sustentável comprovada;
- * utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis;
- * utilização de insumos que fomentem o desenvolvimento de novos produtos e processos com vistas a estimular a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas;



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

- * maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- * maior geração de empregos, preferencialmente com a mão de obra local;
- * preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
- * fomento às políticas sociais inclusivas e compensatórias.

10.2 Obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

10.2.1 Efetuar os pagamentos conforme previsto neste documento;

10.2.2 Emitir requisição datada, devendo constar da mesma a quantidade máxima a ser fornecida e identificação do veículo a ser abastecido;

10.2.3 Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**;

10.2.4 Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da **CONTRATADA** pertinentes ao objeto a celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados;

10.2.5 Realizar diligência, quando julgar conveniente, a fim de comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade;

10.2.6 Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

10.2.7 Notificar a **CONTRATADA**, sobre imperfeições, falhas ou irregularidade constatada no(s) produto(s) entregues para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1 Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal cabíveis e poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Advertência.
- b) Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do Contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- d) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- e) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Curvelo por até 5 (cinco) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à Administração.

11.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da notificação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

11.4 O valor da multa poderá ser compensado nos créditos porventura havidos junto à **CONTRATANTE**.

11.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.6 Em qualquer hipótese e aplicação de sanções, será assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 A eficácia do presente contrato está vinculada à publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 O presente contrato poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às sanções aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

14.1 Os preços são fixos e irredutíveis no período de vigência do contrato.

14.2 O presente instrumento poderá ser alterado, com as devidas justificativas, no seguinte caso:

14.2.1 Para atender aos seus interesses, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de alterar os quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, § 1º, da Lei Federal 8.666/93.

14.2.2 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da **CONTRATANTE**, para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 Este Contrato vincula-se às suas próprias cláusulas, às normas e princípios de Direito Público, às regras da Lei nº 8.666/93, aplicando-se subsidiariamente as normas de Direito Civil.

15.3 Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Curvelo, do Estado de Minas Gerais, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

15.4 E por estarem assim justas e acordadas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, forma e validade que, lido e achado conforme, é assinado pelas mesmas e pelas testemunhas a tudo presentes.

Curvelo, ___ de _____ de ____.



CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

Processo Licitatório: 20/2021
Pregão Presencial: 11/2021
RP – Aquisição de combustível

CONTRATANTE:

EMERSON DE SOUZA
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
CNPJ 20.207.783/0001-96

CONTRATADA:

(Representante Legal)
(Nome da empresa)
CNPJ _____

TESTEMUNHAS:

Matr.:

Matr.: